

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA  
FUNDAÇÃO DE APOIO A ESCOLA TÉCNICA - FAETEC

CONCORRÊNCIA nº 002/2021

PROCESSO SEI nº 260005/000037/2021

CONSTRUTORA RJL2, já qualificada no processo administrativo em epígrafe, vem perante V. Sa., através de seu representante que essa subscreve, interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO, em decorrência da decisão que a inabilitou da Concorrência Pública nº 002/2021, com fulcro no art. 5º, caput, XXXIV, “a”, LV e LXXVIII, da CRFB/88, bem como normas legais insertas na Lei 8.666/93, o que faz na melhor forma de direito, para inicialmente dizer e ao final requerer:

#### **I. DA DECISAO ADMINISTRATIVA E A NECESSIDADE DE REVISÃO**

A decisão ora combatida inabilitou a Recorrente por suposto não atendimento ao item 6.3.1 alínea a do edital, visto que não foi localizado nos documentos enviados o documento de identidade do sócio da empresa Recorrente.

Ocorre que, a recorrente juntou a cópia de identidade de uma das sócias, RITA, conforme conjunto probatório dos documentos de habilitação. Cumpre destacar, que a sócia RITA detém 95% das cotas da sociedade da empresa Recorrente, sendo administradora da sociedade empresária, podendo assinar documentos e ofertar proposta em conjunto ou isoladamente, nos termos da cláusula quarta do contrato social.

Sendo assim, a exigência de juntada dos documentos de identidade de outros sócios é de extremo rigor que prejudica a competitividade e a economicidade.

Analisando o caso, verifica-se que a decisão de inabilitação da Recorrente se revela manifestamente desproporcional, ainda que, em tese, tenha deixado de proceder a juntada do documento de identificação de um dos sócios, uma vez que juntou a cópia da socia administradora, ainda assim, a irregularidade indicada poderia ser suprida através de simples diligência nos termos do §3º do art. 43 da Lei 8.666/93.

Assim, ao deixar de proceder a diligência a Administração prioriza a estritamente a formalidade e fere os Princípios da Competitividade, Economicidade, Razoabilidade e a Busca da proposta mais vantajosa prescrita no art. 37 da CRFB/88 e no art. 3º da Lei 8.666/93).

## **II. DOS PRINCIPIOS DE DIREITO**

A inabilitação da Recorrente fere de modo indefectível princípios de direito e o artigo 3º da Lei 8.666/93 c/c art. 37 da CRFB/88.

### **a) Dos Princípios da Proporcionalidade e Razoabilidade**

Por força desses princípios não é lícito à Administração Pública valer-se do rigor ao formalismo excessivo em detrimento de outros princípios norteadores, restringindo a competição e a busca pela proposta mais vantajosa subprincípio da Economicidade. Dessa Maneira através da Proporcionalidade e a Adequação entre os meios e os fins, veda-se a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.

### **b) Dos Princípios da Finalidade, Legalidade, Isonomia, Economicidade, Competitividade e Busca da proposta mais vantajosa**

O Celso Antônio Bandeira de Mello, sob esse aspecto, adverte que a finalidade, em verdade, não é uma decorrência da legalidade, mas é inerente a ela, está contida nela. Explica o autor:





*"Por isso se pode dizer que tomar uma lei como suporte para a prática de ato desconforme com sua finalidade não é aplicar a lei; é desviá-la; é burlar a lei sob pretexto de cumpri-la. Daí por que os atos incursos neste vício - denominado "desvio de poder" ou "desvio de finalidade" - são nulos. Quem desatende o fim legal desatende a própria lei".*

Destarte, pode-se concluir que a inabilitação da Recorrente é desproporcional e não se justifica ao fim almejado. **Emerge deste contexto o desvio de finalidade, ante o seu excesso e impropriedade, afastando-se da realidade fática – certeza na proposta da Recorrente ante a sua incontestada capacidade, tratando-se as razões para inabilitação em um rigor forma excessivo e desnecessário, pois ato é sanável através de simples diligência (art.43, §3º da Lei 8.666/93).**

Desta forma, nota-se que a Inabilitação da Recorrente é eivada de RIGOR EXCESSIVO e desproporcional, limitando a participação da empresa no certame. A Ilustre Comissão de Licitação é rigorosa na tomada de decisões, não ponderando os princípios, prejudicando alcançar o fim almejado no procedimento licitatório, qual seja, a economicidade.

Os atos administrativos devem ser emanados em obediência as regras vigentes e coadunados com os princípios que norteiam a matéria, devendo o agente público ponderar os princípios envolvidos no sentido de buscar o melhor para Administração Pública.

No caso em comento é flagrante a ausência de ponderação de valores, visto que a decisão que inabilitou a Recorrente é rigorosa e ilegal, haja vista, como é sabido, tratar-se de mero vício formal, que não coloca a Recorrente em condição de vantagem perante as demais empresas, e trata-se de vício claramente sanável.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é clara em condenar a inabilitação de licitantes em virtude da ausência de informações que possam ser supridas pela diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei de Licitações, conforme acórdãos do Plenário nº 1.924/2011, nº747/2011, nº 1.899/2008, nº2.521/2003, dentre outros).



No entanto, cabe ressaltar os seguintes precedentes:

“[Acórdão 3615/2013-Plenário](#). Data da sessão: 10/12/2013. Relator: VALMIR CAMPELO. Área: **Licitação**. Tema: Proposta. Subtema: Desclassificação. Outros indexadores: Ausência, **Diligência**, Vedação. Tipo do processo: REPRESENTAÇÃO. **Enunciado: É irregular a desclassificação de empresa licitante por omissão de informação de pouca relevância sem que tenha sido feita a diligência facultada pelo art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993.** Excerto: Voto: 4. No mérito, observo que há concordância por parte da unidade técnica e do representante do MP/TCU, no sentido da ocorrência das seguintes irregularidades durante o procedimento licitatório:

a) recusa da proposta da empresa [representante] para os grupos 9 e 10 do Pregão Eletrônico [...] inferiores às propostas da empresa vencedora do certame -, pelo fato de a licitante não ter feito constar corretamente a marca dos produtos ofertados, sem que tenha sido feita a diligência facultada pelo § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993, igualmente prevista no item 11.5 do edital, visando esclarecer a marca dos produtos ofertados;

[...]

5. Quanto à primeira irregularidade, qual seja, a recusa da proposta da empresa [representante] para os grupos 9 e 10 do Pregão Eletrônico 70/2012, em razão de a licitante não ter feito constar corretamente a marca dos produtos ofertados, manifesto minha concordância com a unidade técnica, no sentido de que se trata de medida de excessivo formalismo e rigor, que foi determinante para que os mencionados grupos fossem adjudicados à empresa [vencedora], que ofertou valores muito superiores à proposta da empresa [representante], indevidamente desclassificada [...].

6. Isso porque, apesar de o edital conter disposição no sentido de que cumpria ao licitante indicar, em campo próprio do sistema, a marca e o modelo do produto ofertado, e que o art. 41 da Lei nº 8.666/1993 fixa que a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, não poderia o gestor interpretar os mencionados dispositivos de maneira tão estreita.





7. Na verdade, as citadas disposições devem ser entendidas como prerrogativas do poder público, que deverão ser exercidas mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles, o da seleção da proposta mais vantajosa para a administração.

8. No caso, portanto, caberia ao pregoeiro utilizar-se, zelosamente, da possibilidade de encaminhar diligência às licitantes, nos termos do art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/1993, e igualmente prevista no item 11.5 do edital, a fim de suprir as lacunas quanto às informações dos equipamentos ofertados, medida simples que poderia ter oportunizado a contratação de proposta mais vantajosa.

9. A sobredita irregularidade ainda se agrava diante do fato de que, apesar da aparente falha cometida pela empresa [representante] no registro, em campo próprio, da marca do produto para alguns dos itens dos grupos 9 e 10, as descrições detalhadas dos mesmos itens são praticamente idênticas àquelas constantes da proposta da empresa [vencedora], [...], sendo essa mais uma circunstância que deveria ter sido considerada pelo pregoeiro a fim de realizar a já citada diligência.

Acórdão: 9.1. conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

[...]

9.3. rejeitar as razões de justificativa oferecidas por [omissis], pregoeiro responsável pela condução do pregão [...], no que se refere às seguintes irregularidades apuradas:

9.3.1. recusa da proposta da empresa [representante] para os grupos 9 e 10 do Pregão Eletrônico 70/2012 - que foram, respectivamente, R\$ 326.637,44 e R\$ 12.082.993,30 inferiores às propostas da empresa vencedora do certame -, pelo fato de a licitante não ter feito constar corretamente a marca dos produtos ofertados, sem que tenha sido feita a diligência facultada pelo § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993, igualmente prevista no item 11.5 do edital, visando esclarecer a marca dos produtos ofertados;"

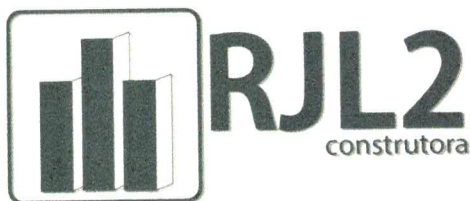
"Acórdão 1170/2013-Plenário. Data da sessão: 15/05/2013. Relator: ANA ARRAES. Área: Licitação. Tema: Proposta. Subtema: Desclassificação. Outros indexadores: Ausência, Diligência, Vedação.



Tipo do processo: REPRESENTAÇÃO. Enunciado: É indevida a desclassificação de licitantes em razão da ausência de informações na proposta que possam ser supridas pela diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei de Licitações.

Resumo: Representação contra o Pregão Eletrônico 4/2012 realizado pela Diretoria do Pessoal Civil da Marinha (DPCvM) para registro de preços de equipamentos de microfilmagem apontou, entre outras irregularidades, a "ausência de apresentação, pela vencedora do certame, da descrição completa do objeto ofertado, ante a omissão do modelo do equipamento". Segundo a representante, "com a omissão do modelo ..., a equipe técnica da DPCvM não teria condições de saber se o equipamento ofertado preenchia os requisitos e exigências mínimas do termo de referência do Pregão 4/2012". Argumentou ainda que a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 não se mostra cabível em algumas situações, "...ante o elevado número de informações faltantes nas propostas ..., comprometendo a análise acerca do produto ofertado e do atendimento às condições exigidas no edital". A relatora, ao endossar as conclusões da unidade técnica, destacou que os documentos acostados aos autos "comprovaram que o equipamento entregue pela empresa Scansystem Ltda. atendeu as especificações técnicas previstas no termo de referência ...". Acrescentou que "não há qualquer ilegalidade na diligência realizada pela pregoeira para esclarecer o modelo de equipamento ofertado pela Scansystem Ltda. Por um lado, porque a licitante apresentou sua proposta com as informações requeridas no edital ..., e, por outro, porque o ato da pregoeira objetivou complementar a instrução do processo, e não coletar informação que ali deveria constar originalmente". Mencionou que a jurisprudência deste Tribunal é clara em condenar a desclassificação de licitantes em virtude da ausência de informações que possam ser supridas pela diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei de Licitações. Concluiu, por fim, que não houve prejuízo à competitividade decorrente da ausência de registro do modelo cotado pela vencedora do certame. "Cada licitante concorre com seu próprio equipamento e fornece os lances que considera justos para a venda de seu produto. O conhecimento do produto do concorrente





possibilita o controle da verificação do atendimento das condições editalícias, fato que se tornou possível com a diligência realizada pela pregoeira". Acompanhando o voto da relatora, o Plenário julgou a representação improcedente.

Logo, o rigor formal e extremo e exigências inúteis não podem conduzir a interpretação contrária à finalidade da lei, notadamente em se tratando de concorrência pública, no qual a existência de vários interessados é benéfica, na exata medida em que facilita a escolha do melhor preço, aliado a proposta efetivamente mais vantajosa.

**Portanto, fazendo-se o controle de constitucionalidade e legalidade da decisão, constata-se, de forma indefectível que a Recorrente está sendo penalizada de modo inadequado e desproporcional, não se atendendo ao interesse público, ferindo claramente a isonomia e competitividade do certame.**

### III. DO PEDIDO

*Ex positis*, conforme as razões recursais ora apresentadas, absolutamente descabida e desproporcional a inabilitação da Recorrente, motivo este que se requer da ilustre Comissão de Licitação o PROVIMENTO do Recurso Administrativo em tela, a fim de que seja reconsiderada a sua decisão, ora impugnada, anulando a inabilitação da Recorrente por afrontar a lei e os princípios de direito.

Requer, por fim, que o presente recurso seja encaminhado a Autoridade Superior.

Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 06 de julho de 2021.

  
CONSTRUTORA RJL2 LTDA  
RITA DE CASSIA SILVA  
CAU A18162-5



Paq. 1/8





NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.1005319-1

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Normal

Orgão	Calculado	Pago
Junta	414,00	414,00
DREI	0,00	0,00

## REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

### CONSTRUTORA RJL2 LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código  
do Ato  
002

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX

#### Requerente

Nome:	Wilma Maria de Paula Santos
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE
Telefone de contato:	2131992001
E-mail:	wilma.santos1961@hotmail.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	25/08/2020
Data da 1ª entrada:	

Rio de Janeiro

Local

25/08/2020

Data



00-2020/165791-0

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONSTRUTORA RJL2 LTDA

NIRE: 33.2.1005319-1 Protocolo: 00-2020/165791-0 Data do protocolo: 25/08/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/08/2020 SOB O NÚMERO 00003922890 e demais constantes do termo de autenticação.

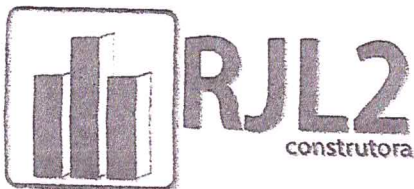
Autenticação: 3A8644CD5B75192AFD7CE7B42C7469845FE8C2A270AA41A56346F7AF7F6AA045

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCERJA  
Secretaria de Racionalização e Simplificação





**4ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA  
CONSTRUTORA RJL2 LTDA**

**NIRE: 33.2.1005319-1  
CNPJ: 17.204.881/0001-65**

1. **RITA DE CÁSSIA SILVA**, brasileira, solteira, arquiteta e urbanista, CPF 892.046.467-72, RG 06.973.930-8 DETRAN- RJ, Residente e domiciliada na Rua Marechal Falcão da Frota nº 240, casa 08 – Realengo – Rio de Janeiro – RJ- Cep 21.735-662;
2. **MARIA CRISTINA DA SILVA SERRANO**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, técnica em edificações, CPF 778.747.817-91, RG 06708680-1 IFP-RJ, Residente e domiciliada na Rua Evanir Pereira da Costa n 101, Bangu – Rio de Janeiro – RJ, Cep 21.815-280.

Únicas sócias componentes da sociedade empresária limitada denominada **CONSTRUTORA RJL2 LTDA**, inscrita no CNP **17.204.881/0001-65**, com contrato social arquivado sob o Nire **332.1005319-1**, com sede na Rua Sacadura Cabral, 120, sala 609, Saúde, Rio de Janeiro, RJ, Cep 20.081-262, resolvem proceder com a sua quarta alteração contratual, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira:** Altera-se o endereço para:

Rua Sacadura Cabral nº 120, salas 501, 502 e 503, Saúde, Rio de Janeiro, RJ, Cep 20.081-262.

**Cláusula Segunda:** Altera-se as atividades da sociedade para:

Projetos, Estudos, Serviços de Engenharia, Execução de Obras de Edificação, Conservação, Dragagem, Drenagem, Saneamento, Gestão de Redes de Esgoto, Transporte de Dejetos, Manutenção e Reparos em Edifícios, Locação de Máquinas e Equipamentos, Obras Portuárias Marítimas e Fluviais, Limpeza de Prédios e Domicílios.

Em decorrência desta alteração, a que se pretendem, as sócias resolvem dar nova redação e consolidar o contrato social, que passa a vigorar com as seguintes cláusulas e condições:



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONSTRUTORA RJL2 LTDA

NIRE: 332.1005319-1 Protocolo: 00-2020/165791-0 Data do protocolo: 25/08/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/08/2020 SOB O NÚMERO 00003922890 e demais constantes do termo de autenticação.

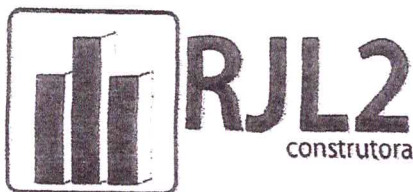
Autenticação: 3A8644CD5B75192AFD7CE7B42C7469845FE8C2A270AA41A56346F7AF7F6AA045

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCERJA  
serviço digitalizado





**CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO  
CONSTRUTORA RJL2 LTDA**

**Nire: 33.2.1005319-1**

**Cnpj: 17.204881/0001-65**

**Cláusula Primeira:**

A sociedade empresária limitada girará sob a denominação social de **CONSTRUTORA RJL2 LTDA** com sede no Estado do Rio de Janeiro, com estabelecimento na Rua Sacadura Cabral nº 120, sala 501,502 e 503- Saúde – Rio de Janeiro – RJ, Cep 20.081-262, sendo sua duração por prazo indeterminado, podendo a qualquer tempo abrir e fechar filiais ou outras dependências, em qualquer parte do território nacional.

**Cláusula Segunda:**

A sociedade terá por objetivo as atividades de Projetos, Estudos, Serviços de Engenharia, Execução de Obras de Edificação, Conservação, Dragagem, Saneamento, Gestão de Redes de Esgoto, Transporte de Dejetos, Manutenção e Reparos em Edifícios, Locação de Máquinas e Equipamentos, Obras Portuárias Marítimas e Fluviais, Limpeza de Prédios e Domicílios.

**Cláusula Terceira:**

O capital da sociedade é de R\$\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), dividido em 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma totalmente integralizadas neste ato em moeda corrente do país, estando distribuído entre as sócias da seguinte forma:

Sócio	Nº de Quotas	%	Valor R\$
RITA DE CÁSSIA SILVA	1.140.000	95	1.140.000,00
MARIA CRISTINA DA SILVA SERRANO	60.000	5	60.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.200.000</b>	<b>100</b>	<b>1.200.000,00</b>

**Parágrafo Único:** A responsabilidade das sócias é limitada ao valor de suas cotas do capital social, mas todas respondem solidariamente pela integralização do mesmo.

2



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

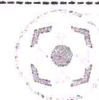
Empresa: CONSTRUTORA RJL2 LTDA

NIRE: 332.1005319-1 Protocolo: 00-2020/165791-0 Data do protocolo: 25/08/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/08/2020 SOB O NÚMERO 00003922890 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3A8644CD5B75192AFD7CE7B42C7469845FE8C2A270AA41A56346F7AF7F6AA045

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCECERJA  
Estado do Rio de Janeiro

**Cláusula Quarta:**

O uso da firma nos documentos oficiais da sociedade, bem como a função de administração será exercido por todos os sócios em conjunto ou isoladamente, porém somente em negócios de exclusivo interesse da empresa, sendo expressamente vedado seu uso em avais, fianças e outros atos de mera liberdade.

**Parágrafo Primeiro:** A responsabilidade técnica das atividades de Engenharia e Arquitetura fica a cargo da sócia **RITA DE CÁSSIA SILVA** e/ou um profissional devidamente registrado no CREA ou CAU que ficará responsável pelo Departamento Técnico da Sociedade, com absoluta autonomia em seus assuntos.

**Parágrafo Segundo:** As sócias poderão transigir, acordar, renunciar, desistir, confessar dividas e firmar compromissos.

**Parágrafo Terceiro:** As sócias poderão alienar, adquirir, onerar bens e conferir direitos.

**Parágrafo Quarto:** As sócias poderão constituir mandatários ou procuradores especificando no instrumento de procuração os atos e operações que poderão praticar.

**Parágrafo Quinto:** É vedado as sócias administradoras o uso da denominação social para conceder avais, fianças em assuntos estranhos á sociedade. Ficam as sócias administradoras dispensadas de prestar caução.

**Cláusula Quinta:**

As cotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento das demais sócias a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a Alteração Contratual pertinente.

**Cláusula Sexta:**

Somente a sócia administradora **RITA DE CÁSSIA SILVA** poderá efetuar retiradas mensais "Pró-labore", que será estipulada de comum acordo, sempre dentro do que determina a legislação vigente, levadas a débito de "Despesas Gerais".

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONSTRUTORA RJL2 LTDA

NIRE: 332.1005319-1 Protocolo: 00-2020/165791-0 Data do protocolo: 25/08/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/08/2020 SOB O NÚMERO 00003922890 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3A8644CD5B75192AFD7CE7B42C7469845FE8C2A270AA41A56346F7AF7F6AA045

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCECERJA  
assinado digitalmente



**Cláusula Sétima:**

O exercício financeiro coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, quando será levantado um Balanço Geral para apuração dos resultados, sendo os lucros ou prejuízos apurados, divididos ou suportados pelas sócias, proporcionalmente as cotas de cada uma.

**Cláusula Oitava:**

Em caso de retirada, ou morte ou interdição de uma das sócias, a sociedade se dissolverá assumindo o Ativo e o Passivo da Sociedade a sócia remanescente em seu nome individual, que pagará aquela que deixar de fazer parte da Sociedade por qualquer dos motivos expostos, ou a seus herdeiros ou sucessores, haveres que couberem a mesma por Balanço levantado na data do evento, da seguinte maneira: 30 (trinta) dias imediatamente subsequente ao evento, 40,00% (quarenta por cento) e os restantes 60,00(sessenta por cento) em 10(dez) prestações iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após o primeiro pagamento, não vencendo juros.

**Cláusula Nona:**

As sócias **RITA DE CÁSSIA SILVA e MARIA CRISTINA DA SILVA SERRANO** declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidas de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**Cláusula Décima:**

Os casos omissos serão regulados pelo Código comercial Brasileiro e demais Leis que regem a matéria.

**Cláusula Décima Primeira:**

Fica eleito o Foro da Comarca do Rio de Janeiro (Capital), para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.



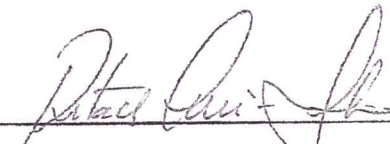
4

**JUCERJA**  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

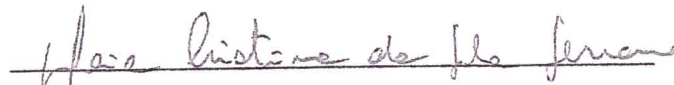
Pag. 6/8

E por se acharem em perfeito acordo, em tudo quanto nesta Alteração de Contrato Social foi acordado, obrigam-se a cumpri-la, assinando-a em uma via.

Rio de Janeiro 31 de julho de 2020.



\_\_\_\_\_  
**RITA DE CÁSSIA SILVA**



\_\_\_\_\_  
**MARIA CRISTINA DA SILVA SERRANO**







### IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA CONSTRUTORA RJL2 LTDA, NIRE 33.2.1005319-1, PROTOCOLO 00-2020/165791-0, ARQUIVADO EM 26/08/2020, SOB O NÚMERO (S) 00003922890, FOI ASSINADO DIGITALMENTE COM CERTIFICADO A3 PADRÃO ICP-BRASIL POR:

CPF/CNPJ	Nome
423.836.416-34	WILMA MARIA DE PAULA SANTOS

26 de agosto de 2020.

**Bernardo Feijó Sampaio Berwanger**  
Secretário Geral

1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONSTRUTORA RJL2 LTDA

NIRE: 33.2.1005319-1 Protocolo: 00-2020/165791-0 Data do protocolo: 25/08/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/08/2020 SOB O NÚMERO 00003922890 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3A8644CD5B75192AFD7CE7B42C7469845FE8C2A270AA1A56346F7AF7F6AA045

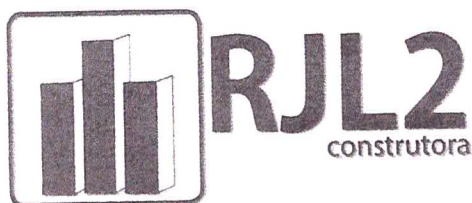
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCECERJA  
Assinado Digitalmente

Pag. 8/8





**TCE** EST  
104226-5/2021

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Representação com urgência**

TRIBUNAL DE CONTAS  
PROTOCOLOS

06 JUL. 2021

Clodoaldo Santiago da Nobrega  
Mat. 02/3143

CONCORRÊNCIA nº 002/2021

PROCESSO SEI nº 260005/000037/2021

COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO DE APOIO A  
ESCOLA TÉCNICA - FAETEC

CONSTRUTORA RJL2, já qualificada no processo administrativo em epígrafe, vem perante V. Sa., através de seu representante que essa subscreve, interpor a presente REPRESENTAÇÃO, em decorrência da decisão que a inabilitou da Concorrência Pública nº 002/2021, com fulcro no art. 5º, caput, XXXIV, "a", LV e LXXVIII, da CRFB/88, bem como normas legais insertas na Lei 8.666/93, o que faz na melhor forma de direito, para inicialmente dizer e ao final requerer:

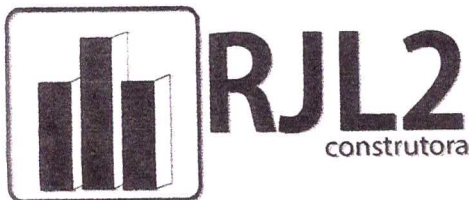
**I. DA DECISÃO ADMINISTRATIVA E A NECESSIDADE DE REVISÃO**

A decisão ora combatida inabilitou a Representante por suposto não atendimento ao item 6.3.1 alínea a do edital, visto que não foi localizado nos documentos enviados o documento de identidade do sócio da empresa Representante.

Ocorre que, a Representante juntou a cópia de identidade de uma das sócias, RITA, conforme conjunto probatório dos documentos de habilitação. Cumpre destacar, que a sócia RITA DE CASSIA SILVA detém 95% das cotas da

Rua Sacadura Cabral, 120 salas 501 a 503 – Saúde  
Rio de Janeiro – RJ – CEP 20.081-262  
Tel.: (21) 2253-1647 / 2253-1492  
Email: construtora.rjl2@gmail.com





sociedade da empresa Representante, sendo administradora da sociedade empresária, podendo assinar documentos e ofertar proposta em conjunto ou isoladamente, nos termos da cláusula quarta do contrato social.

Sendo assim, a exigência de juntada dos documentos de identidade de outros sócios é de extremo rigor que prejudica a competitividade e a economicidade.

Analisando o caso, verifica-se que a decisão de inabilitação da Representante se revela manifestamente desproporcional, ainda que, em tese, tenha deixado de proceder a juntada do documento de identificação de um dos sócios, uma vez que juntou a cópia da socia administradora, ainda assim, a irregularidade indicada poderia ser suprida através de simples diligência nos termos do §3º do art. 43 da Lei 8.666/93.

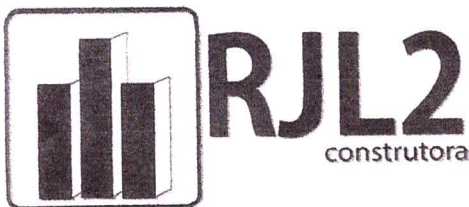
Assim, ao deixar de proceder a diligência a Administração prioriza a estritamente a formalidade e fere os Princípios da Competitividade, Economicidade, Razoabilidade e a Busca da proposta mais vantajosa prescrita no art. 37 da CRFB/88 e no art. 3º da Lei 8.666/93).

## **II. DOS PRINCÍPIOS DE DIREITO**

A inabilitação da Representante fere de modo indefectível princípios de direito e o artigo 3º da Lei 8.666/93 c/c art. 37 da CRFB/88.

### **a) Dos Princípios da Proporcionalidade e Razoabilidade**

Por força desses princípios não é lícito à Administração Pública valer-se do rigor ao formalismo excessivo em detrimento de outros princípios norteadores, restringindo a competição e a busca pela proposta mais vantajosa subprincípio da Economicidade. Dessa Maneira através da Proporcionalidade e a Adequação entre os meios e os fins, veda-se a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.



**b) Dos Princípios da Finalidade, Legalidade, Isonomia, Economicidade, Competitividade e Busca da proposta mais vantajosa**

O Celso Antônio Bandeira de Mello, sob esse aspecto, adverte que a finalidade, em verdade, não é uma decorrência da legalidade, mas é inerente a ela, está contida nela. Explica o autor:

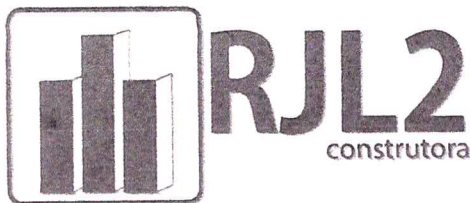
*"Por isso se pode dizer que tomar uma lei como suporte para a prática de ato desconforme com sua finalidade não é aplicar a lei; é desviá-la; é burlar a lei sob pretexto de cumpri-la. Daí por que os atos incursos neste vício - denominado "desvio de poder" ou "desvio de finalidade" - são nulos. Quem desatende o fim legal desatende a própria lei".*

Destarte, pode-se concluir que a inabilitação da Representante é desproporcional e não se justifica ao fim almejado. **Emerge deste contexto o desvio de finalidade, ante o seu excesso e impropriedade, afastando-se da realidade fática – certeza na proposta da Representante ante a sua incontestada capacidade, tratando-se as razões para inabilitação em um rigor forma excessivo e desnecessário, pois ato é sanável através de simples diligência (art.43, §3º da Lei 8.666/93).**

Desta forma, nota-se que a Inabilitação da Representante é eivada de RIGOR EXCESSIVO e desproporcional, limitando a participação da empresa no certame. A Ilustre Comissão de Licitação é rigorosa na tomada de decisões, não ponderando os princípios, prejudicando alcançar o fim almejado no procedimento licitatório, qual seja, a economicidade.

Os atos administrativos devem ser emanados em obediência as regras vigentes e coadunados com os princípios que norteiam a matéria, devendo o agente





público ponderar os princípios envolvidos no sentido de buscar o melhor para Administração Pública.

No caso em comento é flagrante a ausência de ponderação de valores, visto que a decisão que inabilitou a Representante é rigorosa e ilegal, haja vista, como é sabido, tratar-se de mero vício formal, que não coloca a Representante em condição de vantagem perante as demais empresas, e trata-se de vício claramente sanável.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é clara em condenar a inabilitação de licitantes em virtude da ausência de informações que possam ser supridas pela diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei de Licitações, conforme acórdãos do Plenário nº 1.924/2011, nº747/2011, nº 1.899/2008, nº2.521/2003, dentre outros).

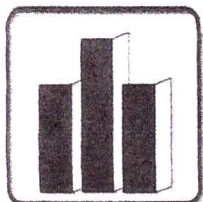
No entanto, cabe ressaltar os seguintes precedentes:

:

"Acórdão 3615/2013-Plenário. Data da sessão: 10/12/2013. Relator: VALMIR CAMPELO. Área: Licitação. Tema: Proposta. Subtema: Desclassificação. Outros indexadores: Ausência, Diligência, Vedação. Tipo do processo: REPRESENTAÇÃO. Enunciado: É irregular a desclassificação de empresa licitante por omissão de informação de pouca relevância sem que tenha sido feita a diligência facultada pelo art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993. Excerto: Voto: 4. No mérito, observo que há concordância por parte da unidade técnica e do representante do MP/TCU, no sentido da ocorrência das seguintes irregularidades durante o procedimento licitatório:

a) recusa da proposta da empresa [representante] para os grupos 9 e 10 do Pregão Eletrônico [...] inferiores às propostas da empresa vencedora do certame -, pelo fato de a licitante não ter feito constar corretamente a marca dos produtos ofertados, sem que tenha sido feita a diligência facultada pelo § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993, igualmente prevista no item 11.5 do edital, visando esclarecer a marca dos produtos ofertados;

[...]



**RJL2**  
construtora

5. Quanto à primeira irregularidade, qual seja, a recusa da proposta da empresa [representante] para os grupos 9 e 10 do Pregão Eletrônico 70/2012, em razão de a licitante não ter feito constar corretamente a marca dos produtos ofertados, manifesto minha concordância com a unidade técnica, no sentido de que se trata de medida de excessivo formalismo e rigor, que foi determinante para que os mencionados grupos fossem adjudicados à empresa [vencedora], que ofertou valores muito superiores à proposta da empresa [representante], indevidamente desclassificada [...].

6. Isso porque, apesar de o edital conter disposição no sentido de que cumpria ao licitante indicar, em campo próprio do sistema, a marca e o modelo do produto ofertado, e que o art. 41 da Lei nº 8.666/1993 fixa que a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, não poderia o gestor interpretar os mencionados dispositivos de maneira tão estreita.

7. Na verdade, as citadas disposições devem ser entendidas como prerrogativas do poder público, que deverão ser exercidas mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles, o da seleção da proposta mais vantajosa para a administração.

8. No caso, portanto, caberia ao pregoeiro utilizar-se, zelosamente, da possibilidade de encaminhar diligência às licitantes, nos termos do art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/1993, e igualmente prevista no item 11.5 do edital, a fim de suprir as lacunas quanto às informações dos equipamentos ofertados, medida simples que poderia ter oportunizado a contratação de proposta mais vantajosa.

9. A sobredita irregularidade ainda se agrava diante do fato de que, apesar da aparente falha cometida pela empresa [representante] no registro, em campo próprio, da marca do produto para alguns dos itens dos grupos 9 e 10, as descrições detalhadas dos mesmos itens são praticamente idênticas àquelas constantes da proposta da empresa [vencedora], [...], sendo essa mais uma circunstância que deveria ter sido considerada pelo pregoeiro a fim de realizar a já citada diligência.

Acórdão: 9.1. conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;



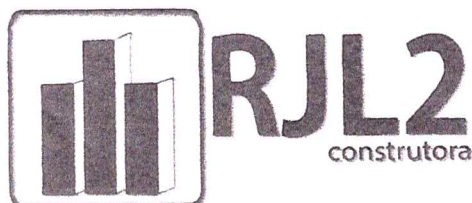
[...]

9.3. rejeitar as razões de justificativa oferecidas por [omissis], pregoeiro responsável pela condução do pregão [...], no que se refere às seguintes irregularidades apuradas:

9.3.1. recusa da proposta da empresa [representante] para os grupos 9 e 10 do Pregão Eletrônico 70/2012 - que foram, respectivamente, R\$ 326.637,44 e R\$ 12.082.993,30 inferiores às propostas da empresa vencedora do certame -, pelo fato de a licitante não ter feito constar corretamente a marca dos produtos ofertados, sem que tenha sido feita a diligência facultada pelo § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993, igualmente prevista no item 11.5 do edital, visando esclarecer a marca dos produtos ofertados;"

"Acórdão 1170/2013-Plenário. Data da sessão: 15/05/2013. Relator: ANA ARRAES. Área: *Licitação*. Tema: Proposta. Subtema: Desclassificação. Outros indexadores: Ausência, *Diligência*, Vedação. Tipo do processo: REPRESENTAÇÃO. **Enunciado: É indevida a desclassificação de licitantes em razão da ausência de informações na proposta que possam ser supridas pela diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei de Licitações.**

Resumo: Representação contra o Pregão Eletrônico 4/2012 realizado pela Diretoria do Pessoal Civil da Marinha (DPCvM) para registro de preços de equipamentos de microfilmagem apontou, entre outras irregularidades, a "ausência de apresentação, pela vencedora do certame, da descrição completa do objeto ofertado, ante a omissão do modelo do equipamento". Segundo a representante, "com a omissão do modelo ..., a equipe técnica da DPCvM não teria condições de saber se o equipamento ofertado preenchia os requisitos e exigências mínimas do termo de referência do Pregão 4/2012". Argumentou ainda que a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 não se mostra cabível em algumas situações, "...ante o elevado número de informações faltantes nas propostas ..., comprometendo a análise acerca do produto ofertado e do atendimento às condições exigidas no edital". A relatora, ao endossar as conclusões da unidade técnica, destacou que os documentos acostados aos autos "comprovaram que o equipamento entregue pela

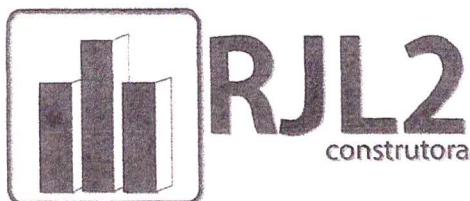


empresa Scansystem Ltda. atendeu as especificações técnicas previstas no termo de referência ...". Acrescentou que "não há qualquer ilegalidade na diligência realizada pela pregoeira para esclarecer o modelo de equipamento ofertado pela Scansystem Ltda. Por um lado, porque a licitante apresentou sua proposta com as informações requeridas no edital ..., e, por outro, porque o ato da pregoeira objetivou complementar a instrução do processo, e não coletar informação que ali deveria constar originalmente". Mencionou que a jurisprudência deste Tribunal é clara em condenar a desclassificação de licitantes em virtude da ausência de informações que possam ser supridas pela diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei de Licitações. Concluiu, por fim, que não houve prejuízo à competitividade decorrente da ausência de registro do modelo cotado pela vencedora do certame. "Cada licitante concorre com seu próprio equipamento e fornece os lances que considera justos para a venda de seu produto. O conhecimento do produto do concorrente possibilita o controle da verificação do atendimento das condições editalícias, fato que se tornou possível com a diligência realizada pela pregoeira". Acompanhando o voto da relatora, o Plenário julgou a representação improcedente.

Logo, o rigor formal e extremo e exigências inúteis não podem conduzir a interpretação contrária à finalidade da lei, notadamente em se tratando de concorrência pública, no qual a existência de vários interessados é benéfica, na exata medida em que facilita a escolha do melhor preço, aliado a proposta efetivamente mais vantajosa.

**Portanto, fazendo-se o controle de constitucionalidade e legalidade da decisão, constata-se, de forma indefectível que a Representante está sendo penalizada de modo inadequado e desproporcional, não se atendendo ao interesse público, ferindo claramente a isonomia e competitividade do certame.**





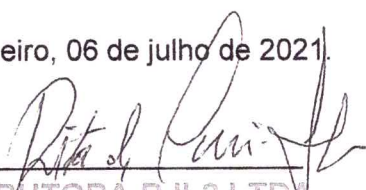
### III. DO PEDIDO

*Ex positis*, conforme as razões recursais ora apresentadas, absolutamente descabida e desproporcional a inabilitação da Representante, motivo este que se requer desta Corte de Contas que tome as medidas cabíveis com o fim de evitar decisões que possam prejudicar terceiros e violar princípios que norteiam o processo de licitação, ultimando o poder fiscalizatório que lhe é atribuído, a fim de que seja reconsiderada a sua decisão, ora impugnada, anulando a inabilitação da Representante por afrontar a lei e os princípios de direito.

Requer, por fim, que o presente recurso seja encaminhado a Autoridade Superior.

Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 06 de julho de 2021.

  
\_\_\_\_\_  
CONSTRUTORA R JL2 LTDA  
RITA DE CASSIA SILVA  
CAU A18162-5